

**DRAMAS E TRAMAS DA VIDA COTIDIANA:
A IMPRENSA PARAENSE E
A QUESTÃO DAS CARNES VERDES
(1897-1909)**

FABRÍCIO HERBETH TEIXEIRA DA SILVA*

Resumo: Neste artigo, procura-se dar visibilidade para os usos políticos da idéia de escassez de carne verde através dos artigos publicados nos jornais *Folha do Norte*, *O Binocular* e *O Holophote* entre 1897-1909. Nesse sentido, acredita-se que os discursos de escassez, carestia e fome, foram, para a época, construções políticas. Assim, a carne assumia um papel central no comércio, tornando-se um gênero de primeira necessidade na capital, mas também, em constante escassez, com preços elevados e de péssima qualidade.

Palavras-chave: Imprensa; Discursos de escassez; Carne verde; Abastecimento.

Abstract: *In this article, to give visibility to the political uses of the idea of scarcity of fresh meat through articles published in the newspapers Folha do Norte, The Binocular and The Holophote between 1897-1909. In this sense, it is believed that the discourses of scarcity, famine and starvation, were at the time, political constructions. Thus, the meat*

* Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Membro do Grupo de Pesquisa Cultura e Sociabilidade da Amazônia. E-mail: <fabrizioherberth@hotmail.com>.

took a central role in trade, becoming a kind of basic necessities in the capital but also in constant shortages, high prices and poor quality.

Key-words: *Press; Speeches of scarcity; Fresh beef; Supply.*

Em contraste com os discursos políticos, percebeu-se nos jornais *O Binoculo*¹, *O Holophote* e *Folha do Norte*, que estes impressos tentavam definir as posições e as interpretações das práticas administrativas dos políticos do Estado, ao dar visibilidade a problemas ocorridos na produção, no comércio e na distribuição de alimentos na cidade. Deste modo:

A imprensa local foi um instrumento importante para a publicização dessas preocupações e dos anseios de muitos moradores, na medida que se utilizavam desse meio para deixarem suas impressões sobre os problemas enfrentados, bem como para reclamarem direitos que consideravam desrespeitados cotidianamente.²

Contudo,

[...] os diversos materiais da Imprensa, jornais, revistas, almanaques, panfletos, não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem

¹ NEVES, Maira Wanderley. *O mundo binoquiano: narrativas, mulheres e modernidade em Belém do Pará*. 2010. Dissertação (Mestrado em História da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2010.

² LACERDA, Franciane Gama. “Reclamações do Povo”: luta por direitos na cidade, seringais e núcleos coloniais da Amazônia brasileira (séculos XIX e XX). *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, EDUC*, São Paulo, n. 33, dez. 2006, p. 64.

constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe.³

Além disso, é necessário estar-se atento à intencionalidade dos artigos publicados e as relações de poder existentes em suas publicações, pois, segundo Edward Palmer Thompson, “Temos de ler, não só as entrelinhas das cartas recebidas, mas também as cartas que nunca foram enviadas.”⁴ A posição política da *Folha do Norte* em relação à Intendência é clara! Nesse caso, Antonio Lemos, na condição de administrador político da época (1897-1911), e os governadores Paes de Carvalho (1897-1901) e Augusto Montenegro (1901-1909), foram alvos prediletos das críticas disparadas por Enéas Martins e Cipriano Santos, sócios e fundadores da *Folha do Norte*.

É pertinente ressaltar que Enéas Martins veio a ser governador do Estado entre os anos de 1913 e 1917. Não por acaso, foram formuladas inúmeras críticas aos administradores da época, vindas dos redatores, articulistas e colunistas do periódico *Folha do Norte*. Após o rompimento entre o partido Republicano Federal, implantado no

³ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, EDUC*, São Paulo, n. 35, dez. 2007, p. 260.

⁴ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 3, p. 55.

Pará por Lauro Sodré, em 1898, e o Partido Republicano Paraense, a tensão política entre Antonio Lemos e Lauro Sodré tornou-se pública e dividiu a população.

Assim, é fácil interpretar, ou até mesmo entender as “causas e consequências” da deficiência no abastecimento de carnes verdes que eventualmente afetaram a população de Belém, publicadas na *Folha do Norte*. Dessa maneira, é preciso investigar o tema do abastecimento de carnes, não somente pelo ativismo e pelo radicalismo das alianças, como também pelas disputas políticas visíveis nas publicações da imprensa paraense de oposição. Deste modo, procurou-se recuperar, diante das tensões⁵ existentes entre os jornais e as autoridades políticas, os usos políticos da idéia de escassez no contexto da *Belle Époque* paraense.

Portanto, as dificuldades relacionadas ao provimento de alimentos precisam ser analisadas como um campo tenso e instigante, que envolve a formação e a manutenção de monopólios do fornecimento e da circulação da carne e as tentativas das autoridades de imporem/regularem o abastecimento desse gênero por meio de uma política de intervenção sistemática do Estado, aprovada pela Câmara Municipal, o que contrariava a doutrina do liberalismo econômico adotado por alguns

⁵ LACERDA, Franciane Gama; SARGES, Maria de Nazaré. De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada do século XIX para o XX. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, EDUC*, São Paulo, n. 38, dez. 2009.

governadores do Pará.⁶ Tal articulação, participação/controle do Estado em um mercado livre, foi pensada e justificada, seguramente, no benefício e no interesse dos grandes comerciantes envolvidos nesse negócio.

Essa intervenção política no mercado da carne verde foi justificada pelo discurso de regularização do provimento desse alimento para a população. Em contrapartida, e em “nome do povo”, os jornais também se empenhavam na luta contra a fome, anunciando, como “causa” da escassez de carne verde, a política de abastecimento adotada pelo governo da época. Nesse ínterim, o povo foi incluído compulsoriamente no debate, como uma desculpa para a execução de projetos e para a intervenção no mercado. É certo que a documentação disponível não traduz de fato os anseios, desejos e visões da população, pelo fato de que quem detinha o poder de denunciar e criticar eram os políticos e jornalistas. Acrescente-se a esse debate que a elite passou a se organizar nesse contexto com o Estado para defender os seus interesses.

Considera-se que a escassez, a carestia e a falta de carne resultava da ação de monopolistas, como Miguel Pedro Shelley, A. F. d’Oliveira, José Joaquim d’Assumpção, Gracie Filho, Antonio Pontes, Nunes Ferreira, Penna & Filhos, Monard & Cardoso e a Companhia Pastoril, que regulavam o abastecimento de carne por meio dos contratos de privilégio para o fornecimento desse produto. Percebe-se que

⁶ Dentre eles: Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan natural de Niterói e presidente da província do Pará entre os anos de 1856-1857 e Francisco Carlos de Araújo Brusque, Porto Alegre e presidente entre 1861-1863.

esses negociantes⁷, ao reterem esse alimento, objetivavam a elevação do seu preço, reconhecido no material consultado referentes aos séculos XIX-XX, estabelecendo assim, relações com o conceito de economia moral da multidão, cunhada por E. P. Thompson, a respeito dos motins da fome na Inglaterra do século XVIII. Para o autor, esses motins não foram uma reação contra a fome, pelo contrário, Thompson acreditava haver um padrão no comportamento da multidão, motivado pela destruição das formas tradicionais de vida, a partir da ganância dos comerciantes que aumentavam o preço dos alimentos (pão e trigo, por exemplo), regulados pelos costumes tradicionais, impondo dificuldades à população.⁸

O conceito de economia moral mostrou-se fundamental para questionar o papel da população de Belém em relação à falta de carne nesse período, em particular pelos documentos consultados. Por certo, a imprensa, ao assumir uma posição política, buscava sinalizar aos leitores os caminhos a serem seguidos. Parece que esses jornais acreditavam ser portadores da verdade, ao questionarem o problema do abastecimento. Mas é preciso se perguntar quais os interesses e os motivos das inúmeras publicações sobre a escassez de carne, constante em seus artigos.

⁷“O comércio – por atacado e a varejo – estava nas mãos dos portugueses, que ali somavam 2.500.” BATES, Henry Walter. *Um naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1979, p. 25.

⁸ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 152.

Outro ponto importante é que a *Folha do Norte*, em seus artigos, defendia os interesses do Partido Republicano. Apoiando Lauro Sodré, fazia campanha e denunciava os possíveis desvios administrativos de Antonio Lemos. Sua leitura sobre o contexto não foi imparcial, assim, revelou ser, em suas páginas, uma espécie de vitrine, expondo as tensões, as negociações e os problemas no abastecimento de carne verde, o que se confirma no episódio da concorrência para o serviço de navegação a vapor e para o abastecimento de carne, entre Buenos Aires e Belém, aberta em 7 de dezembro de 1898.

O periódico transcrevia, em 8 de janeiro de 1899, uma notícia sobre a abertura de um edital, publicado no jornal *A Província do Pará*, a qual denominou de “jornal do coronel intendente”, provavelmente pelo fato de que *A Província do Pará* pertencia a Antonio Lemos e à família Chermont (representada por Antonio e Pedro Chermont).⁹ Não obstante, no dia 7 de janeiro o periódico havia publicado o referido edital, em que denunciava o recebimento, por parte da Intendência, de propostas para os serviços de navegação e de abastecimento de carne da Argentina. Ainda conforme o edital, o prazo final para o recebimento era segunda-feira, 9 de janeiro, até às 10 horas, uma vez que no domingo era feriado.

⁹ Consta na obra *O Anuario de Belém* que Bento e José Chermont, filhos de Antonio de Lacerda Chermont, Visconde de Arari, foram correspondentes na capital paraense do jornal do *Comércio do Rio de Janeiro*. MOURA, Ignacio. ANNUARIO DE BELÉM: EM COMEMORAÇÃO DO SEU TRICENTENARIO 1616-1916: Historico, Litterario e Commercial, 1915, p. 171.

A escassez ou carestia de carne tornou-se, para os anos desse artigo, um tema privilegiado apenas nos jornais de oposição ao governo. Isso se confirma, quando da consulta do impresso *A Província do Pará*, em que notícias a propósito da escassez e da problemática da carne eram desconhecidas dos redatores daquele jornal. Esse periódico tentou construir uma representação da cidade à semelhança dos grandes centros europeus.

Aqueles silêncios evocados, de modo geral, sugerem a tentativa de resguardar certos problemas enfrentados pela população, a partir das alianças efetuadas entre alguns periódicos e os grupos políticos da época. Selecionado e legitimando uma história oficial sobre a alimentação pública da população de Belém, emoldurando-a no *foyer* das grandes obras da Intendência.

Por outro lado, conceber o pressuposto de que a imprensa paraense atuava como porta-voz dos direitos da população, principalmente em defesa do fornecimento regular de alimentos, da qualidade e dos preços baixos da carne, por meio da publicação dos dramas da vida cotidiana dessa população, geralmente nas primeiras páginas ou nas colunas de destaque, merecem ser repensadas, pois havia, nesse contexto, diversos grupos sociais, com diferentes concepções e representações sobre o problema do abastecimento de carne.

Em todo caso, deve-se considerar que as informações a respeito de um problema alimentar enfrentado pelas camadas economicamente desfavorecidas de Belém estavam atreladas àqueles que

detinham o poder e os interesses com a “invenção” da escassez de carne. Assim, é preciso rever esse saber institucionalizado e elitizado sobre a questão das carnes verdes. Questiona-se nesse momento: até que ponto a escassez desse gênero alimentício afetou a dieta e a sobrevivência da população de Belém?

Em meio aos problemas do provimento de carne experimentado pela população, no recorte selecionado para esse artigo, não foi possível visualizar nenhuma forma de revolta contra as autoridades ou comerciantes, na busca por melhores preços de carne, sua abundância no mercado e qualidade, como os motins da fome na Inglaterra do século XVIII, a exemplo do

[...] “Grande Motim do Queijo” na Feira do Ganso em Nottingham, em 1764, quando queijos inteiros rolaram pelas ruas; ou o motim na mesma cidade, em 1788, provocado pelo alto preço da carne, quando as portas e venezianas dos açougues foram arrancadas e incendiadas, juntamente com os livros de contas dos açougueiros, na praça do mercado.¹⁰

Ou, como o motim ocorrido na cidade de Salvador no ano de 1858, conhecido como: “Carne sem osso, farinha sem caroço”, no qual a população protestava contra os elevados valores da farinha e sua escassez, ocasionando atos de violência na cidade.¹¹

Aceitar que o mal-estar da falta de carne desencadeasse manifestações populares em Belém é limitar a resistência popular, deixando à margem as formas e práticas de sobrevivência. De acordo com Maria Odila Leite da Silva Dias, as estratégias de sobrevivência

¹⁰ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 1, p. 67.

utilizadas pelas mulheres pobres da cidade de São Paulo, do século XIX, foi o contrabando, diante das irregularidades no fornecimento de alimentos, do fisco e monopólio. Para a autora “não se declarava de onde nem como vieram: tinham também um pouco da aura do mágico e do furtivo.”¹²

O jornal bissemanal *O Holophote*, que circulou na capital entre os meses de maio e abril de 1897, em seus artigos, não se furtou em criticar a Intendência, com a pretensão de “clarear” os problemas do abastecimento de carne experimentada pela população. Por trás da vitrine da *Belle Époque*, o periódico noticiou, em 2 de maio de 1897, sob o título “Carnes Verdes” as ligações ou vínculos políticos do *Diário de Notícias* com os partidos políticos e com o que denominou de sindicato da fome, que eram os grupos envolvidos nesse negócio.¹³

Ele advertia que a fartura de carne naquele momento “é para inglez vê e não duradura, dois dias de fome, indicam o prodomos de grandes machinações tramadas contra o povo e em via de execução.”¹⁴ Ora, essa representação do periódico, reitera as considerações e leituras observadas nas páginas da *Folha do Norte*.

Não foi por acaso que se observou, no artigo publicado no *O Holophote*, direcionado ao administrador público, que: “O povo, esse que só é lembrado quando tem de com seo concurso, collocar

¹¹ AGUIAR, Manoel Pinto de. O motim de 1858. In: *Abastecimento: crises, motins e integração*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985, p. 67.

¹² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 76.

nas culminancias do pobre esses personagens.”¹⁵ Dessa forma, para o jornal, a população deveria ser aparada nas circunstâncias de fome e de miséria em que se encontrava.

Assim, esse periódico, por meio do seu discurso inflamado, procurava incitar a população contra o descaso das autoridades em relação à instabilidade no abastecimento de carne.

Povo acordai! Desprezai esse servilismo que vos querem impor e impondes tambem aquelles, os vossos direitos e razões.

Ide á caza ou o logar onde estejam os que tem por obrigação zelar sobre a vossa alimentação e façais com que elles deixem a figura de lesma de que se acham revestidos e venham comprir com os deveres de seos cargos, vos deneficiando, quando mais não seja, ao mesmo com a alimentação!

A occazião é a melhor, e se não aproveitardes o ensejo de vos tomardes conhecido e grande, elegendo um Conselho sem peias, independente e patriotico, serás novamente escravizado, perseguido e morto, pela fome, impostos e veixames.¹⁶

Certamente, *O Holophote* não estava comprometido apenas com a situação da alimentação popular; ele tentava criar, no “povo”, uma consciência crítica, a respeito do seu comportamento diante dos problemas vivenciados cotidianamente. Esse debate permeou o conteúdo das publicações referentes ao tema da alimentação, nesse periódico. Essa preocupação deixa claro o interesse comercial do jornal por essa questão, quando se observam os preços da assinatura.

¹³ Carnes verdes. *O Holophote*. Belém, p. 1. 2 maio 1897.

¹⁴ Carnes verdes, op. cit., 2 maio 1897.

¹⁵ Carnes verdes, op. cit., 2 maio 1897.

Sabe-se que a assinatura desse periódico custava, por mês, na capital, 3\$000 réis, com direito a reclame por 5\$000 réis. O número avulso do dia valia 120\$; para o interior, a assinatura por mês era de 3\$500 réis, com reclame de 5\$500. Já o número atrasado custava 500\$ réis. Sua circulação ficou restrita ao Estado do Pará e seu público leitor parece ter sido os grupos de poder aquisitivo elevado, face os seus valores. Convém lembrar que a *Folha do Norte*, nesse mesmo período, cobrava, por assinatura, porém, com uma circulação e distribuição para toda a região Amazônica, 16\$000 réis o semestre; e por ano 30\$000 réis. Para outras regiões, fora das fronteiras da Amazônia, a assinatura por semestre custava 20\$000 réis, e por ano 38\$000 réis; avulso do dia 100\$ réis e a publicação atrasada 500\$ réis.

No artigo do *O Holophote*, publicado no dia 6 de maio de 1897, o jornal apresentava-se ao leitor como guia leal e amigo sincero da população. Projetando-se como espelho da sociedade, noticiava que permanecia deficiente a quantidade de animais abatidos para o consumo da população. O periódico discutia que a ação dos monopolistas no mercado provocava a carestia e escassez de carne, contudo, “no dia que o povo compreender que deve vingar-se dos que especulam com sua vida, negando-lhes por preço regular à alimentação, nós ao lado do mesmo povo, iremos procurar os turpes especuladores da carne verde e os apresentaremos a execração publica.”¹⁷ Assim, o jornal pintou o

¹⁶ Carnes verdes. *O Holophote*. Belém, p.1. 2 maio 1897.

quadro administrativo do governo à imagem e semelhança de Judas, chamando para si a responsabilidade de informar e atuar em defesa da população.

O periódico denunciava a relação da imprensa paraense com os monopolistas, que se deixavam seduzir pelo ouro, prejudicando as camadas populares. Não sendo o caso do *O Holophote*, ele, por militar a favor do povo, iria continuar denunciando os meios utilizados para explorar a fome da população, destacando a elevação do preço da carne. Portanto, *O Holophote* deixava de ser um instrumento de comunicação e tornava-se um aliado, defensor e representante da população desfavorecida. Diante disso, escrevia em tom apelativo: “Explore-se todo, menos com a carne e o que tiver relação com à alimentação do povo.”¹⁸

Seguindo essa concepção, o jornal *O Binoculo*, no ano de 1898, tendo em vista o enfoque aguçado dos problemas da carne verde, publicava alguns artigos a respeito da passividade da população e dos interesses e articulações das autoridades. Esse periódico circulava nos espaços elitizados da cidade, ou seja, cafés, restaurantes e hotéis, como *Café Chic*, o *Bouquet Paraense*, o *Estaminet*, o *Novo Centro*, o *Paraíso das Flores*, a *Maison Dorée*, *Estrela Polar*, *Maison D’or*, *Restaurante Carneiro*, *Café Mendes Nunes* e o *High-Life Hotel*, tendo em vista a adesão das camadas abastadas da cidade nos seus projetos contra o administrador público.

¹⁷ Carnes verdes. *O Holophote*. Belém, p. 2. 6 maio 1897.

Ele convocava ainda o povo a se levantar contra as impunidades cometidas pelos marchantes e políticos nos negócios da carne, tendo como referencial a Cabanagem, em 1835, em que o povo, diante da opressão das autoridades, tomou a cidade de Belém e implantou um novo governo. Desse modo, no dia 3 de junho de 1898, *O Binoculo* publicava, sob o título de “Prodomos da fome? I”, a insatisfação do jornal com a falta de alimentos, principalmente de carne e farinha, acusando os marchantes de promoverem aquela situação. De acordo com o jornal:

Sim: é ela que bate-nos á porta; é ella que ameaça-nos com as suas fauces escancaradas.

Acautelemo-nós! É o grito que parte de nós, pequenos, mas que já sentimos-lhe o effeito, é o grito que parte de nós, pequenos, que não possuímos cartões para mandar ao açougueiro.

E esse grito que damos, é o grito que parte do povo, pequeno como nós, mas que sabe fazer-se grande, quando sente a agudez do martyrio; grande como soube fazer-se em 1835, depois de soffrer, humilde, a todos os vexames que lhe eram impostos.

Não faciliteis, com a pacatêz deste povo, srs. que julgaes dominar tudo com o poder do vosso dinheiro.¹⁹

Destacava, o periódico, que os marchantes justificavam a insuficiência no abastecimento de carne pela falta de transporte, o que ocorreu, provavelmente, na tentativa de provocar a carestia desse gênero em Belém. No entanto, o redator publicava que esses marchantes haviam fechado contrato para o abastecimento de carne para Manaus. A partir dessas informações, ficou claro que a escassez e

¹⁸ Carnes verdes. *O Holophote*. Belém, p. 1. 9 maio 1897.

carestia de carne, na realidade, foram objeto de especulação monopolista dos comerciantes e do governo, que, através de acordos, objetivava “regulamentar” o fornecimento de carne, por meio de intervenção das autoridades, subvenções e importação de gado.

A prática do monopólio das carnes, executada pelos marchantes, fazendeiros e grupos políticos aliados, procurava acabar com qualquer concorrência. Ao assumir o controle do abastecimento, esses grupos podiam estipular qualquer valor para a carne. No contexto deste artigo, foi de fácil constatação a prática da redução da oferta desse gênero, como modo de forçar a subida do preço, pois os marchantes eram os únicos fornecedores de carne na época. Cabe ressaltar que, caso houvesse a entrada de um novo concorrente, como Antonio Pontes, anteriormente apresentado, eles, por controlarem o mercado, rebaixariam o valor a níveis que dificilmente motivassem a entrada ou a permanência de concorrentes nesse mercado.

O Binoculo transcreveu uma notícia publicada pelo jornal *A Província do Pará* acerca da reunião ocorrida entre o governador do Estado e os marchantes, referente ao abastecimento de alimentos à capital. *A Província do Pará* avaliou, a partir das intervenções impetradas por Paes de Carvalho, governador do Estado naquela ocasião, que

[...] 2º - essa escassez desapareceu já com a importação, devido as providencias tomadas pelos interessados no commercio de carnes verdes.

¹⁹ Prodomos da fome? I. *O Binoculo*. Belém, p. 1. 3 jun. 1898.

3º - que não ha receio de falta de gado para regular o abastecimento do nosso mercado, etc.

4º - que não ha tambem motivo para reechar o augmento do preço da carne verde além da taxa de 1\$600 por kilogramma, principalmente se der-se, como suppõe-se, a ascensão cambial.

E o sr. Governador do Estado, accrescenta o referido jornal, a vista destas conclusões, ficou convencido de que não ha por hora necessidade de utilizar-se da auctorisação que lhe foi concedida pelo Congresso legislativo para agir em caso de crise alimentícia.²⁰

Diante desse discurso, pode-se concluir que o governo parense tentava escamotear a falta da carne e a elevação do seu preço, como também evitava aplicar medidas para contornar esse estado, seguramente pelo fato de o comércio das carnes ser administrado pelos marchantes, que procuravam, através da escassez, especular o valor desse gênero de acordo com o interesse dos políticos. Porém, *A Província do Pará*, na visão do impresso *O Binoculo*, divulgava a idéia de fartura da carne verde, sendo consideradas, na opinião do jornal, as frequentes queixas e o descontentamento popular a respeito dessa questão. No caso, eram

Mentiras, sr. dr. Paes de Carvalho: no mesmo dia em que foi publicado o resultado da reunião foi diminuta a quantidade de carne no mercado, sendo raros os açougues que abriram-se nos bairros!

Illudiram-n' o sr. dr. Governador. Quereis vê e ouvir o que o povo sente? Ide aos bairros afastados, á porta dos açougues.²¹

²⁰ *O Binoculo*, op. cit., 1898, p. 1.

De acordo com O Binoculo, o que a população viu e experimentou foi uma experiência: “o balão de ensaio.”²² Sua observação, contudo, tentava alertar a povo sobre o “segundo arranco que não deve demorar muito!”²³ Com um tom irônico, informava que, para o alívio da população, os marchantes comunicaram ao governo que a carne não sofreria um reajusta maior que 100\$ réis. Registrava que “Comer carne de gado magro e caxingó, por 1\$600, nada mais razoavel e barato. E devemos nos dar por satisfeitos e felizes enquanto [...] todos os vapores caxingentos não vão para as officinas concertar-se.”²⁴ Por fim, a carne disponível na quinta-feira não foi suficiente para a população, alertou o impresso.

Na continuação dos “Prodomos da fome III?”, *O Binoculo* publicava, no dia 17 de junho de 1898, em contrapartida à aparente fartura alimentícia apresentada anteriormente, que a situação não poderia ser considerada como um problema resolvido e que a população precisava ficar preparada para lutar contra a fome, pois a prosperidade alimentícia evidenciada era uma estratégia de mercado, assim,

Não nos illudamos com a regularidade que, por estes dias, tem havido, em carnes verdes para o abastecimento da população.
Acaouelemo-nos! O mal cerceia, e elle apparecerá quando de [...] bois só tivermos o cheiro da passagem para Manãos.
Contrista-nos, devéras, vêr que o Estado dispende bôa parte de suas rendas para ter uma camara de representantes [...] do povo, a qual

²¹ *O Binoculo*, op. cit., 1898, p. 1.

²² Prodomos da fome? II. *O Binoculo*. Belém, p. 1. 10 jun. 1898.

²³ Prodomos da fome? op. cit., 10 jun. 1898.

nada faz em beneficio deste.

Ainda ha poucos dias encerrou-se o Congresso, e o que fizeram os Lycurgos?

Votaram subvenções para navegações cujo fim são serviços eleitoraes; verbas para pontes e construções que nunca se acabam; privilégios, etc. Tratou-se de subvencionar uma companhia de vapores para o transporte do gado pelo rio da Prata, e como iam ferir interesses de marchantes, virou-se a lei do avêso e votou-se outra; tratou-se de garantir as classes proletarias contra as desarrazoadas exigencias dos proprietarios das casas e [...] a lei foi torcida e outra votada.²⁵

Merece destaque, na publicação *O Binoculo*, a inoperância do governo em relação aos negócios dos marchantes, não podendo interferir no comércio do abastecimento de carnes, por eles controlado, sendo as medidas adotadas correspondentes a simples engodo. Por isso, foi imediatamente abandonada a proposta do governo de subvencionar uma companhia de vapores voltada para o transporte do gado platino.

A “Seção Gazetilha”, da *Folha do Norte*, privilegiou, em seus artigos, o tema da carne, sempre com críticas ásperas. Com efeito, o jornal afirmava, em 22 de maio de 1899, que os marchantes estavam inventando uma crise no abastecimento de carne como estratégia de mercado, forçando a elevação do preço desse gênero. De acordo com o jornal, durante três dias a população de Belém lutou contra a escassez de carne nos mercados.²⁶

²⁴ Prodomos da fome? op. cit., 10 jun. 1898.

²⁵ Prodomos da fome? III. *O Binoculo*. Belém, p. 1. 17 jun. 1898.

As manchetes, as colunas, as secções e os artigos sobre o tema da carne verde, publicados pela *Folha do Norte*, estavam obviamente para além da simples ênfase no assunto. O jornal definia o que poderia e deveria ser escrito, entre os anos de 1897-1909. Assim, esse periódico marcava definitivamente sua posição na sociedade paraense do final do século XIX e início do XX, ao seleccionar e excluir informações a respeito de outros temas. Desse modo, suas publicações foram escritas a partir dos interesses e das vontades dos seus proprietários e aliados.

Pensando nisso, no dia 19 de abril de 1902, a *Folha do Norte* publicou que a população estava consumindo carne barata ao valor de 2\$000 réis, em função da rivalidade entre marchantes. “Assim, a carnesinha verde, que já se não conseguia apear do Bond de 1\$800, vale mil réis integral, desprezada a fracção, para honra dos nossos estomagos e louvor das nossas algibeiras.”²⁷ Por conseguinte, o consumo da carne cresceu:

Quem, apertando a barriga, se limitava a comprar dois, quando, para dar de comer ao familhão, precisava de quatro kilos, agora faz o abastecimento completo com o pequeno augmento de um cruzado na verba do açougue.²⁸

Conforme o impresso *Folha do Norte*, os baixos valores do quilo da carne foram decorrentes da rivalidade entre os marchantes, embora o periódico alertasse que era preciso tomar cuidado para a elevação dos valores da carne, “especialmente depois de um periodo de perdas sensiveis como o que estão atravessando.”²⁹ De acordo com um artigo publicado no dia 22 de abril de 1902 no jornal *Folha*

²⁶ A FOME: *Folha do Norte*. Belém, p. 2. Segunda-feira, 22 maio 1899.

do Norte, não raro os novos marchantes eram fazendeiros da Ilha do Marajó. Desse modo, o jornal informava que eles entraram nesse ramo tendo em vista valorizarem o gado produzido na ilha, onde a indústria pastoril havia sido afetada pela importação de animais platinos e do caxingó. Em contra-partida,

E' preciso que V.S. traduza o termo valorizar – pela expressão – duplo do seu justo valor – por quanto querem certos fazendeiros vender o seu gado, pois por pouco menos estavam elles vendendo, ainda não ha muito tempo, mediante gordos adeantamentos, no tempo das vaccas gordas, que já lá vão para a valla commum do passado. Como não ha bem que sempre dure [...] os alludidos fazendeiros, collocados na triste posição de quem é forçado a abster-se de um habito inventerado, trataram de procurar meios que lhes illudisse o viciosinho tão bom a que estavam acostumados.³⁰

O jornal acusava os marchantes de serem gananciosos. Assim, uma solução imediata para tal questão era abrir a marchanteria para “de uma cajadada, matar dous coelhos: dar uma ensinadela nos marchantes, cuja ganancia é, felizmente, por todos reconhecida, e valorisar o gado de Marajó!”³¹ Visto que, foi uma estratégia baixarem os valores da carne “afim de fazerem crêr que agem animados pelo desejo de favorecer o povo.”³²

Pode-se concluir, portanto, que o povo, nesse contexto, foi utilizado como mero fantoche para a implantação de projetos e mediações políticas da época. Os marchantes buscaram, naquele momento, defender o gado marajoara frente às importações de animais

²⁷ E' BARATO! E' BARATO! *Folha do Norte*. Belém, p. 1. Sabbado, 19 abr. 1902.

²⁸ E' BARATO! E' BARATO! op. cit., 19 abr. 1902.

²⁹ E' BARATO! E' BARATO! *Folha do Norte*. Belém, p. 1. Terça-feira, 22 abr. 1902.

de outras regiões por meio de valores abaixo do mercado para a carne, o que não atraía o interesse de outros marchantes. Isso ocorreu provavelmente pela presença de proprietários no governo. Em contrapartida, para *Folha do Norte*:

Baixando, porém, o preço da carne, obedeceram a outro movel mais pratico e conveniente aos proprios interesses, pois acreditam que forçarão os marchantes enfraquecidos pela crise que esta praça atravessa a ceder-lhes o logar que haviam conquistado a peso de sacrificios, e, tomando esse logar mesmo mediante qualquer accôrdo, elevarão logo, no dia seguinte, o preço da carne para 2\$000 o kilo, ou 2\$500, talvez. Quem sabe onde irá parar a valorisação do gado de Marajó?³³

Mas, no início do século XX havia outras formas de controle do mercado de abastecimento de carne. Portanto, tão emblemático quanto o título do artigo: “Carne à pobreza” foi o conteúdo da notícia, publicada na quinta-feira, 1º de maio de 1902, no *Folha do Norte*, a respeito da distribuição de 500 cartões de 2 quilos de carne à população. De acordo com a matéria, um amigo não identificado do agente das loterias federais de Belém, o sr. Moura Ferro, ia promover, no dia 3 de maio, “aos pobres que para esse fim alli se apresentarem, habilitando-os a receber em talhos indicados no proprio cartão aquella quantidade de gênero.”³⁴ Mesmo que beneficiasse a população, essa atitude permitia perceber os novos caminhos seguidos pelos marchantes a fim de manipular a população.

³⁰ E’ BARATO! E’ BARATO! op. cit., 22 abr. 1902.

³¹ *Folha do Norte*, 1902. op. cit., p. 1.

³² *Folha do Norte*, 1902. op. cit., p. 1.

Dentro dessa perspectiva, observa-se na crônica de Diognes, divulgada no jornal *Folha do Norte*, em 15 de junho de 1902, sob o título “A volta á magreza”, o controle dos marchantes sobre o comércio da carne em Belém. O cronista escrevia que o caixeiro dos marchantes, ao prestar contas, no dia 14 de junho, do faturamento daquele dia, comentava ao açougueiro, com um sorriso malicioso: “– Você, amanhã, não faça venda da carne sem reparar no Boletim da entrega. Que não vá você chorar na cama, depois, que é logar quente.”³⁵

Diognes publicou que estava na cena onde se desenrolou esse acontecimento: “Espetei as orelhas, arregalei os olhos, e, já fóra de mim, chamei de parte o caixeiro e, muito humilde, muito tímido, muito discreto.”³⁶ Decerto, tal presença, no calor do momento, evocava dúvidas sobre a veracidade da matéria. Além disso, continuava Diognes a perguntar: “– Meu caro senhor, preste-me por obsequio um relevante serviço: que quis o sr. dizer com aquelle negocio de boletim? Desculpe-me inserir no caso o meu bedelho, mas palpita-me que tenho que ver com o negocio.”³⁷

O cronista Diognes é objetivo nos seus questionamentos para com o açougueiro, buscando o máximo de informações sobre o negócio da carne. Com um toque de heroísmo contra o mal dos marchantes para com a população e os revendedores do gênero, traçou um perfil do açougueiro: tímido, humilde, sorriso encabulado, mostrando a passividade de

³³ *Folha do Norte*, 1902. op. cit., p. 1.

³⁴ Carne á pobreza: *Folha do Norte*. Belém, p. 1. Quinta-feira, 1 maio 1902.

vendedor em relação às ações dos marchantes. Observa-se, ainda, que diante da questão levantada por Diognes, o açougueiro responde: “— Assim, assim. Trata-se do preço da carne. De amanhã em diante o meu amigo dará 1\$500 pelo kilinho, se quiser passar a boi.”³⁸

Buscando sensibilizar os leitores para a questão do monopólio e suas conseqüências, escrevia Diognes:

Desorientado, com as extremidades geladas, recolhi à família, a quem notifiquei a extranha nova.

O meu povo ergueu um brado ao céu, unimo-nos todo na solidariedade de um protesto commum, que se traduzio por palavras energicas, cortantes, ferinas contra os srs. marchantes.

Pela primeira vez depois que a carne desceu a mil réis, faltou-me o voraz appetite: limitei a minha parca refeição a uns quatro ou cinco bifes e a um pedaço de assado.

Visivelmente afflicta, a mulher tambem nada comeu: limpou apenas o prato dos bifes, onde restavam uns quatro, e acabou com o assado.

As meninas tambem foram acometidas de igual fastio.

Depois da sobria refeição, encerrei-me com as minhas tristezas no meu quarto, despi a camisa, e em mangas da dita, revi-me a um espelho.

Em que Apollo de Belvedere, nutrido, forte e modelado me transformou a carne barata!

Que forte busto! E tudo isso, de hoje em diante, vae cahir, declinar, emmurhecer por culpa e obra dos desalmados marchantes!

Carne a mil e quinhentos! Mas isto é o desequilíbrio de todos os lares, a volta á magreza, outra vez os dias maus, a paciente e resignada expectativa diaria do badalar do meio-dia para ir ao açougue ver se a carne já baixou!

Com que cara voltarei eu, de novo, a apparecer á visinhança fóra das horas

³⁵ A volta á magreza: *Folha do Norte*. Belém, p. 1. Domingo, 15 jun. 1902.

³⁶ A volta á magreza, op. cit., 15 jun. 1902.

³⁷ A volta á magreza, op. cit., 15 jun. 1902.

normaes da provisão matutina depois de, por tanto tempo, ser o primeiro a ir ao açougue, com espalhafato e com ruído, para dar mesmo na vista? E' de um homem enterrar-se mil metros abaixo da terra! DIOGNES.³⁹

Ainda no dia 15 de junho, foi publicada na seção “Gazetilha” a informação referente ao aumento do preço da carne em 1902. De acordo com a matéria, o povo teria uma surpresa desagradável, em virtude da elevação de 1\$000 para 1\$500 réis o quilo desse gênero, como resultado da “combinação para isso entre os srs. marchantes”⁴⁰, um dia antes dessa publicação.

Se bem que, na segunda-feira, 23 de junho de 1902, para alegria da população, Zé Povinho e Diognes, foi exposto, em uma pequena nota, que a carne seria vendida a 800 réis o quilo.⁴¹ Engana-se que isso foi motivado pela sensibilidade dos marchantes com as dificuldades da população, com a carestia da carne ou por pressão do jornal. As oscilações dos valores do quilo desse gênero fazem parte do conjunto de estratégias dos marchantes e de controle do fornecimento da carne verde.

Algum tempo depois, em 14 de abril de 1905, o impresso *Folha do Norte* noticiava que o abastecimento de carne à população era controlado pelos marchantes. O jornal considerava que esses negociantes, por sua ganância, exploravam a população, que esperou em vão que o preço do quilo da carne baixasse depois de algumas horas,

³⁸ *Folha do Norte*, op. cit., 1902, p. 1.

³⁹ *Folha do Norte*, op. cit., 1902, p. 1.

como ocorria diariamente. No entanto, excepcionalmente, nesse dia, os negociantes resolveram preservar o valor de 1\$500 o quilo, tendo prejuízo, pois, “O povo recorre ao gênero de preço inferior, ao pescado e ao salgado, e deixa ás moscas, nos talhos, a carne verde que lhes não querem ceder com a diferença irrisoria de dois a tres tostões.”⁴² Portanto, fica claro que havia outras alternativas para a alimentação da população, para além da carne bovina.

Desse modo, *Folha do Norte* informava que, naquela quarta-feira, haveria no bagageiro de S. João, uma hora da tarde aproximadamente, “mil e tantos kilos de carne acondicionada em saccos e retirada do mercado publico, do mercadinho do Reducto e de diversos talhos”⁴³ que estavam localizados no caminho por onde o veículo passou. Mas, com a proximidade do período de quaresma, onde os católicos eram proibidos de consumirem a carne, os marchantes passariam a ter grandes prejuízos com a distribuição do seu produto.

A retirada imediata da carne tinha uma finalidade: a sua reutilização após alguns procedimentos realizados no curro, ou seja, ela era lavada, desossada e passava por um processo de salgamento. Por fim, essa carne seria comercializada, ao valor de mil réis o quilo. Para o jornal, os marchantes tinham condições de vender a

⁴⁰ Carne a 1\$500. *Folha do Norte*. Belém, p. 2. Domingo, 15 jun. 1902.

⁴¹ CARNE A 800 RÉIS. *Folha do Norte*. Belém, p. 2. Segunda-feira, 23 jun. 1902.

carne a esse valor sem prejuízos, mas, por privilegiarem o lucro e a má vontade, privavam a população desse alimento. A partir dessa percepção, o jornal publicou:

Pois, evitando o dispendio do sal, do transporte e dos empregados incumbidos do beneficiamento da carne e o prejuízo resultante do peso dos ossos que são excluídos, não seria melhor que estabelecessem logo e definitivamente o preço de mil réis para o kilogramma da carne verde, o mesmo que pedem para a carne salgada?⁴⁴

O periódico *Folha do Norte* interpretava todos esses acontecimentos como uma ação passiva da Intendência de Belém frente à ganância dos marchantes. A despeito da inércia do poder público, pode-se acreditar que os marchantes e políticos estavam articulados, inclusive para enfrentar a concorrência, uma vez que o administrador público não fazia nada, de acordo com o jornal, contra os “srs. marchantes, que estão a especular com a miseria do povo, com o proposito de auferirem lucros exorbitantes.”⁴⁵

Outra crítica, disparada por esse periódico, referia-se à remoção, pelos marchantes, das sobras das carnes que estavam postas à venda. Para o jornal, tal prática poderia ocorrer, mas com o intuito de serem as carnes inutilizadas, devendo ser cremadas, como medida de higiene, de tal forma que, às 13h00, aquela carne passava a ser imprópria para o consumo, “visto ter sido o gado abatido no dia anterior quase às mesmas horas.”⁴⁶

⁴² A carne verde. *Folha do Norte*. Belém, p. 1. Sexta-feira, 14 abr. 1905.

⁴³ A carne verde. op. cit., 14 abr. 1905.

A constante rivalidade entre os marchantes trazia consequências favoráveis ao consumo de carne à população, pois o gênero sofria reajustes significativos no preço do quilo. Para *Folha do Norte*, o povo deveria rogar a Deus para que se perpetuassem esses conflitos. Com efeito, escrevia o periódico, ao longo de três ou quatro dias a população desfavorecida tem tido acesso, logo pela manhã, à carne ao valor de 800 réis.⁴⁷

Nesse conjunto das críticas disparadas aos marchantes, incluía-se ainda a inconstância do preço da carne. Para *Folha do Norte*, tais críticas estavam associadas às negociações entre os marchantes e as autoridades públicas. À primeira vista, parece que os marchantes tinham certa autonomia no mercado das carnes em Belém. Nesse caso, o periódico acusava que “Como no imprevisto de uma magia diabólica, subiu hontem, bruscamente, de preço – de 1\$300 para 1\$500 –”⁴⁸ o quilo da carne. O motivo dessa alta, para o periódico, estava relacionado ao acordo entre os marchantes, que podiam, “cada um, abater o numero de rezes que quizer.”⁴⁹ Tal acordo permitiria que eles reduzissem o número de reses a serem abatidas, provocando a subida do preço das carnes.

⁴⁴ *Folha do Norte*, 1905. op. cit., p. 1.

⁴⁵ *Folha do Norte*, 1905. op. cit., p. 1.

⁴⁶ *Folha do Norte*, 1905. op. cit., p. 1.

O comércio das carnes passava então a ser controlado por esses comerciantes, que poderiam tabelar os preços da carne. Além disso, o preço das carnes comercializadas nos açougues da cidade estava regulado por horários. De acordo com o jornal, esse pregão se iniciava ao valor de 1\$500 réis, caindo para 1\$300, às 10h30 da manhã, nos açougues que podiam ser dos próprios marchantes, e somente às 11 horas da manhã a carne era vendida nos açougues do mercado. E “O que vale ao publico é que estas combinações entre marchantes têm a duração das rosas do Malherbe. Lá vem um bello dia, tão imprevisto como este, em que a carne desce e o povo respira desapresso, uma hora ao menos.”⁵⁰

Em 17 de junho de 1906, *Folha do Norte* publicou, na sua primeira página, que os marchantes de Belém,

[...] estão em negociações para formar um trust de marchanteria, afim de firmar em 1.300 reis o preço da carne verde do mez de junho em deante, mediante concessões reciprocas que têm por fim evitar os prejuizos que lhes acarretam a matança da fórmula porque é feita actualmente e a instante fluctuação do preço do artigo, ao sabor da phantasia de cada um com o designio de prejudicar o outro.⁵¹

Por mais que os marchantes vivessem uma união tensa e conflituosa com seus pares, eles dependiam dessa aparente união para preservar seus interesses e para regular os preços da carne.

⁴⁷ A carne. *Folha do Norte*. Belém, p. 1. Sexta-feira, 25 maio 1905.

⁴⁸ A carne verde. *Folha do Norte*. Belém, p. 1. Quarta-feira, 2 maio 1906.

⁴⁹ A carne verde. op. cit., 2 maio 1906.

Desse modo, inegavelmente, os marchantes assumiram o controle do mercado das carnes na capital paraense. Seu poder ultrapassava as alianças com o Estado de outrora, atuando na condição de manipuladores em prol dos próprios interesses, quem sabe até amparando o governo, ao mesmo tempo em que se desvinculava dele.

Em relação aos pregões da carne, foi publicado, em 15 de fevereiro de 1907, no impresso *Folha do Norte*, que, no dia anterior, havia ocorrido um ato de impiedade contra a população que aguardava a queda do valor da carne. Conforme o jornal, os marchantes resolveram manter o preço de 1\$300 até às 11 horas. A partir desse horário, baixaram para 1\$000 réis, acarretando problemas à população. O periódico declarava, em suas páginas, que havia um complô contra a população.⁵²

Algum tempo depois, *Folha do Norte* noticiava que os moradores de Belém lutavam contra a escassez e a elevação do preço dos gêneros alimentícios, pois, segundo o jornal, os marchantes e o intendente Antonio Lemos estabeleceram um acordo, fixando o número de animais que deveriam ser abatidos diariamente. Outra medida aprovada pelo intendente foi uma tabela do “Pará–Electric”, que estabelecia o número de viagens diárias dos bonds, dificultando o deslocamento da população e o acesso aos alimentos que eram comercializados no centro da cidade.⁵³

⁵⁰ A carne verde. op. cit., 2 maio 1906.

⁵¹ A carne. *Folha do Norte*. Belém, p.1. Domingo, 17 jun. 1906.

O jornal contava que, de acordo com um informante, os marchantes, que anteriormente estavam obrigados a abater diariamente 30 animais, passariam a abater, após esse decreto, 20 animais, tendo como resultado uma menor quantidade de carne para o consumo da população, sendo claramente um recurso para a elevação do preço e uma forma de venderem toda a mercadoria. Para o periódico, tal prática forçava a manutenção do preço (1\$300 réis), na medida em que a carne logo se escasseava, antes do horário estipulado para a diminuição dos seus valores.⁵⁴

Certamente, essa ação prejudicava a população, que se dirigia, em vão, aos açougues, e não encontrava o alimento, “ou se, por acaso, encontra algum resto, porque foi refugado por ser de má qualidade, tem de se sujeitar ao preço de 1\$300.”⁵⁵ O jornal *Folha do Norte* criticava as tabelas de horários e de preços publicadas diariamente pelos “jornais do intendente”, obrigando que o povo “andasse de Herodes para Pilatos em busca de carne de \$600 e \$800, inutilmente.”⁵⁶ Essas tabelas, conforme o periódico, objetivavam mostrar para outras cidades um suposto baixo custo de vida na capital do Pará, sendo uma ilusão propagada e aceita por Lemos.

Em 1908, *Folha do Norte* escreveu que os marchantes estavam a “ferro e fogo” nos seus negócios da carne. A tensão entre os marchantes afetava diretamente a rotina alimentar de homens e mulheres da capital,

⁵² A carne. *Folha do Norte*. Belém, p. 1. Sexta-feira, 15 fev. 1907.

⁵³ A carne. *Folha do Norte*. Belém, p. 1. Quarta-feira, 17 abr. 1907.

pois o valor do quilo da carne despencou em detrimento dessa questão. Desse modo, o jornal sugeria que os negociantes permanecessem no embate por toda sua existência.

Assim, os senhores Nunes Bezerra & Cia. informaram que, a partir do dia 23 de junho de 1908, a carne passaria a ser comercializada ao valor de 1\$200 réis o quilo no preço inicial e que haveria aumento do número de reses abatidas para o fornecimento de mais de 20 quilos. Seus açougues estavam localizados nos Mercados de Ferro e no Mercado Municipal, e na rua Aristide Lobo n. 50, travessa 1º de Março, Benjamin Constant, n. 61, e na avenida S. Jerônimo, n. 4.⁵⁷

Em uma tentativa de refletir a problemática do abastecimento de carne verde em Belém, percebeu-se que os discursos de escassez, carestia e fome, foram, para a época, construções políticas. Assim, a carne assumia um papel central no comércio, tornando-se um gênero de primeira necessidade na capital, mas também, em constante escassez, com preços elevados e de péssima qualidade.

Percebeu-se a escassez sob outro ângulo, isto é, ela supera a relação com as causas naturais/climáticas, como também, o resultado da economia da borracha, das péssimas condições dos pastos, da higiene e do transporte. Partiu-se da premissa de que o desabastecimento

⁵⁴ A carne. op. cit., 17 abr. 1907.

⁵⁵ A carne. op. cit., 17 abr. 1907.

⁵⁶ *Folha do Norte*, op. cit., 1907, p. 1.

de carne foi motivado pelas intervenções do governo e pela atuação dos marchantes. Pode-se acreditar que a escassez e a carestia eram um problema de ordem política.

Assim, a anormalidade no fornecimento de carne em Belém, entre os anos selecionados, pode ser compreendida como uma “fabricação” da escassez e da carestia, estando essencialmente associada às tentativas de dominação e de legitimação das intervenções do Estado, o que provocou a formação de monopólios no âmbito do comércio desse alimento.

⁵⁷ Carne a 1\$200. *Folha do Norte*. Belém, p. 1. Terça-feira, 23 jun. 1908.

Bibliografia

AGUIAR, Manoel Pinto de. O motim de 1858. In: *Abastecimento: crises, motins e integração*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

BATES, Henry Walter. *Um naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1979.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, EDUC, São Paulo*, n. 35, dez. 2007.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LACERDA, Franciane Gama. “Reclamações do Povo”: luta por direitos na cidade, seringais e núcleos coloniais da Amazônia brasileira (séculos XIX e XX). *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, EDUC, São Paulo*, n. 33, dez. 2006.

_____; SARGES, Maria de Nazaré. De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada do século XIX para o XX. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, EDUC, São Paulo*, n. 38, dez. 2009.

MOURA, Ignacio. ANNUARIO DE BELÉM: EM COMMEMORAÇÃO DO SEU TRICENTENARIO 1616-1916: Historico, Litterario e Commercial, 1915.

NEVES, Maira Wanderley. *O mundo binoquiano: narrativas, mulheres e modernidade em Belém do Pará*. 2010. Dissertação (Mestrado em História da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 1.

_____. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 3.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Fontes

A carne verde. *Folha do Norte*. Belém, p. 1. Sexta-feira, 14 abr. 1905.

A carne. *Folha do Norte*. Belém, p. 1. Sexta-feira, 25 maio 1905.

A carne verde. *Folha do Norte*. Belém, p. 1. Quarta-feira, 2 maio 1906.

A carne. *Folha do Norte*. Belém, p.1. Domingo, 17 jun. 1906.

A carne. *Folha do Norte*. Belém, p. 1. Sexta-feira, 15 fev. 1907.

A carne. *Folha do Norte*. Belém, p. 1. Quarta-feira, 17 abr. 1907.

A FOME: *Folha do Norte*. Belém, p. 2. Segunda-feira, 22 maio 1899.

A volta á magreza: *Folha do Norte*. Belém, p. 1. Domingo, 15 jun. 1902.

Carne a 1\$200. *Folha do Norte*. Belém, p. 1. Terça-feira, 23 jun. 1908.

Carne a 1\$500. *Folha do Norte*. Belém, p. 2. Domingo, 15 jun. 1902.

CARNE A 800 RÉIS. *Folha do Norte*. Belém, p. 2. Segunda-feira, 23 jun. 1902.

Carne á pobreza: *Folha do Norte*. Belém, p. 1. Quinta-feira, 1 maio 1902.

Carnes verdes. *O Holophote*. Belém, p.1. 2 maio 1897.

Carnes verdes. *O Holophote*. Belém, p. 2. 6 maio 1897.

Carnes verdes. *O Holophote*. Belém, p. 1. 9 maio 1897.

E' BARATO! E' BARATO! *Folha do Norte*. Belém, p. 1. Sabbado, 19 abr. 1902.

E' BARATO! E' BARATO! *Folha do Norte*. Belém, p. 1. Terça-feira, 22 abr. 1902.

Prodomos da fome? I. *O Binoculo*. Belém, p. 1. 3 jun. 1898.

Prodomos da fome? II. *O Binoculo*. Belém, p. 1. 10 jun. 1898.

Prodomos da fome? III. *O Binoculo*. Belém, p. 1. 17 jun. 1898.

Recebido em dezembro de 2010; aprovado em maio de 2011.